

Ata da reunião 34/2026 – Tático-Operacional

DIA: 13/02/2026 – **HORÁRIO:** 08:30 horas – **LOCAL:** IDR e virtual pelo link:

<https://meet.google.com/vjd-nriz-pfc>

Participantes:

ADAPAR: Luiz Angelo Pasqualin;

IAT: Roberto Machado Correa, Gláucia Assis;

IDR: Diniz Doliveira, Richard Kolba, Amauri Ferreira Pinto, Avner Paes Gomes, Flávia Leão Almeida Silva, Heitor Rodrigues Fiuza Junior, Éden José Janisch, Walber Hull da Silva, Maghnom Henrique Melo, Gustavo Stefaniw Mazzini de Castro, Eugênio Dias de Oliveira da Silva, Emillyn Camillo, Juliano Cezar Schroeder, Marco Antonio Reis, Wily Francisco Barestello Castro, Thiago Ruppenthal Bobato, Kleber Geraldo Vieira, Marcius Gabriel Casagrande Pacheco, Ruth Adriana Ribeiro Pires, Ana Julia do Nascimento, Francielle Sokolowski de Souza, Matheus José Nabozny, Rogério Fernando Barbosa, Mariana Borba Knoblauch, Marco Aurélio Cardoso Fedato Junior, Augusto da Silva, Tomás Bendo, Angelo Daniel da Silva Zampar, Luís Gustavo Correia, Osvaldo Martins Rodrigues, Camila Fernanda de Xaves, Lucas Tomaz Spindola, Mariana

SANEPAR: Ester Amélia Assis Mendes, Raul Alberto Marcon, Carlos Alberto Takashi Onuki, Paulo Antonio do Vale Junior, Livia Regina Lay Marques Giordano Soares, Rita Ivone Camana, Michael Rigo, Sabrina Riceto Karas.

SIMEPAR: Paulo de Tarso Pires, Bernardo Lipski.

1. Leitura e aprovação da Ata 33/2026;
2. Diagnóstico de emergência e proposta de plano de ação para a bacia do Alagados – Ponta Grossa;

A reunião foi iniciada com foco na situação crítica do reservatório Alagados e na necessidade de resposta institucional conjunta. Reforçou-se que o quadro decorre de chuvas abaixo da média na microbacia do rio Pitangui, somadas à concentração de nutrientes e consequente proliferação de algas, resultando em alterações temporárias de odor e sabor percebidas pela população.

Foram destacados pontos de contexto e risco operacional:

- Reconhecimento de que a situação é crítica e de que há impacto direto na população urbana;
- Ênfase em que não há solução imediata para a normalização completa sem a recomposição de volume por chuvas, ainda que ações emergenciais reduzam efeitos;
- Foi citado o agravamento de vazões/condições do sistema e o risco associado ao nível do reservatório.

Também se discutiu que a resposta deve ser estruturada para além do “curto prazo”, com ações de conservação de solo e água, redução de cargas de nutrientes e fortalecimento de governança e comunicação, evitando respostas apenas conjunturais.

1.1. Monitoramento e ações integradas em curso (Simepar/IAT/Sanepar e parceiros)

Foram registrados iniciativas e alinhamentos:

- **Simepar:** colocação à disposição para integração técnica, uso de bases e integração de dados (incluindo interface com iniciativas em andamento).

- **Telemetria/Pluviometria:** registrada parceria IAT-Sanepar-Simepar para instalação de duas estações telemétricas, com retomada/fortalecimento de histórico de dados após descontinuidade de estações antigas.
- **IAT:** Roberto registrou concordância geral com a linha do plano, com necessidade de alinhamento interno com áreas de outorga e monitoramento e, se necessário, licenciamento, antes de “carimbar” institucionalmente pontos com prazos imediatos (março/abril). Foi proposta reunião paralela pós-carnaval para detalhamento com outorga/monitoramento.

1.2. Termo e procedimento: “bacia crítica / escassez hídrica”

Debateu-se a adequação do termo “bacia crítica” para fins de encaminhamentos e agilidade em medidas emergenciais. Ficou indicado que o IAT avaliará tecnicamente a redação (possível ajuste para “estudo de disponibilidade hídrica e verificação de criticidade/escassez”), preservando aderência a procedimentos e atribuições legais.

1.3. Responsabilidades e postura institucional

Foi reforçada a necessidade de posicionamento conjunto das cinco instituições, com comunicação transparente e coordenada, evitando responsabilização simplista de um único ator e assumindo responsabilidades compartilhadas dentro das competências de cada órgão.

2. Atualização do plano de trabalho do convênio e definição de assinatura;

A reunião retomou a pauta “normal” após a deliberação sobre o comunicado, com destaque para a urgência de fechar e encaminhar o plano de trabalho do convênio para assinatura institucional (nível tático-operacional), viabilizando instrumentos e ações.

Foram registradas atualizações operacionais:

- Informou-se que houve avanço na descrição dos serviços que serão contratados (base para edital), com perspectiva de encaminhamento interno para licitação ainda no mês, visando início das ações conforme cronograma (julho/agosto).
- Debateu-se a estratégia de contratação por regime unitário/modular, especialmente para itens cuja quantidade depende do diagnóstico (ex.: esterqueiras), a fim de reduzir risco de questionamento e permitir adequação após definição das URs.

Também se reforçou que a entrega em campo exige governança local e contratação compatível, evitando “vácuo” entre comunicação/planejamento e intervenção.

2.1. URs e exemplo de esterqueiras (experiência e priorização)

Foi mencionada experiência anterior (ex.: implantação de esterqueiras em 2022 na bacia do Alagados) com bons resultados. No debate técnico, registrou-se que:

- As cinco URs devem ser representativas da microbacia, podendo contemplar diferentes sistemas produtivos (não necessariamente todas com a mesma intervenção).
- Há mapeamento preliminar em bacias específicas (ex.: lista de produtores potenciais), mas a seleção final deve seguir critérios técnicos e de representatividade, e a ampliação para além das URs pode ocorrer em etapas posteriores (unidades multiplicadoras, fontes complementares como programas correlatos).

3. Outros assuntos:

3.1. Comunicado conjunto às instituições e à população (Nota técnica)

Foi apresentada proposta de comunicado conjunto com duas versões (I mais técnica; II mais acessível). A reunião deliberou por votação no *chat* pela Versão II (mais acessível), com ajustes de redação.

Deliberação principal: Aprovada a Versão II, conforme segue, com a possível revisão pelas equipes de comunicação institucional antes da publicação.

COMUNICADO À POPULAÇÃO DE PONTA GROSSA (Versão II)

As instituições Sanepar, IDR-Paraná, IAT, Adapar e Simepar reconhecem a preocupação de muitos moradores de Ponta Grossa diante do odor e do gosto atípicos percebidos na água nos últimos dias. Sabemos que a água é um serviço essencial e que qualquer alteração gera preocupação legítima na população.

O problema está relacionado à forte proliferação de algas no reservatório Alagados, causada principalmente pelo longo período de chuvas abaixo da média na microbacia do rio Pitangui. Com menos água no reservatório e temperaturas elevadas, ocorre maior concentração de nutrientes e crescimento de algas, o que pode alterar temporariamente cheiro e sabor. É importante afirmar com total transparência: A água distribuída segue dentro dos padrões de potabilidade e pode ser consumida com segurança. No entanto, também é correto dizer que a normalização completa do odor e do gosto não depende apenas de ações operacionais. A recuperação plena das condições do reservatório exige a retomada de chuvas em volume adequado, para elevar o nível de água e diluir naturalmente as algas. Enquanto isso, todas as instituições estão atuando em três frentes simultâneas:

- 1. Ações imediatas no sistema de abastecimento: reforço no tratamento e monitoramento da água; ajustes operacionais contínuos; análises diárias de qualidade.*
 - 2. Ações emergenciais na bacia: monitoramento intensivo da qualidade da água; instalação de equipamentos de medição e controle; avaliação de cargas de nutrientes e fontes de impacto.*
 - 3. Ações estruturantes (médio prazo): programa de conservação de solo e água nas propriedades rurais; redução de nutrientes que chegam ao reservatório; recuperação de nascentes e áreas sensíveis; mobilização regional para proteção da microbacia.*
- Essas medidas já estão em execução e continuarão ao longo de 2026 e 2027. Mesmo assim, é necessário dizer com franqueza: o processo de recuperação do reservatório não é imediato e está diretamente ligado ao comportamento das chuvas nos próximos meses.*

Seguiremos informando a população com frequência, transparência e responsabilidade. As equipes técnicas permanecem mobilizadas em regime permanente para reduzir os impactos e acelerar a recuperação. Reafirmamos nosso compromisso com a população de Ponta Grossa: tratar a situação com seriedade, comunicar com clareza e trabalhar até a normalização completa do sistema. Novas atualizações serão divulgadas regularmente.

Encaminhamento de publicação:

- Definiu-se urgência para publicação no mesmo dia, com envio à comunicação para fechamento até próximo do horário de almoço, e posterior validação institucional (incluindo alinhamento do IAT com sua comunicação interna).

- Ficou pactuada a criação de um link único (hospedado por uma das instituições, com replicação nas demais) para disponibilizar: plano de trabalho, dados climáticos/monitoramento, recortes/diagnóstico prévio da microbacia e demais materiais, evitando “comunicado seco” sem transparência documental.
- Avner ficou com a articulação para consolidar documentos e apoiar a definição de hospedagem (foi considerada possibilidade de hospedagem no IDR, mediante verificação interna).

3.2. Avaliação de solução emergencial por ultrassom no reservatório

Foi citada contratação/avaliação de solução emergencial por ultrassom no Alagados, em fase de análise/encaminhamento. O grupo registrou necessidade de:

- Consulta a especialistas e análise técnica (com destaque à participação de referência estadual na temática de cianobactérias/gestão de reservatórios).
- Observância do princípio da precaução (IAT), verificando risco de efeitos colaterais (ex.: liberação de toxinas por lise) e adequação ao momento da crise.
- Alinhamento com a operação do reservatório (PCH) e com a estrutura de monitoramento.

3.3. Wetlands

Foi citado que *wetlands* podem ser avaliados como alternativa em áreas/lagoas intermediárias para retenção de nutrientes; registrou-se ressalva de que no lago principal a dinâmica pode agravar DQO/DBO com morte/decomposição de algas.

3.4. Governança regional e reunião com lideranças locais (Ponta Grossa)

- A gerente regional (Flávia) colocou equipe à disposição e reforçou a necessidade de reunião interna entre instituições (presencial) para alinhar posicionamentos antes de reunião ampliada com lideranças.
- Encerrada a manifestação da regional, a Ester, representante da Sanepar, fez uso da palavra para pontuar que a participação em reuniões ampliadas com lideranças locais deve ser precedida de alinhamento interno do núcleo regional, especialmente quanto aos materiais de comunicação institucional (folder e banner), atualmente em consolidação pela Sanepar. Acrescentou que a governança do Programa Água Segura deve ser implantada de forma escalonada, iniciando-se pelo nível estadual, com posterior expansão aos níveis regional e municipal.

3.5. Lançamento oficial do Programa (semana do Dia da Água)

Foi reiterada necessidade de organizar o **lançamento oficial** do programa, com objetivo de “fazer barulho” institucional e dar unidade à comunicação. Indicou-se como referência a semana do **Dia da Água (março)**, devendo a próxima reunião trazer proposta mais desenhada (banner, folder, textos e estratégia de divulgação).

3.6. Apoios técnicos externos: Fundação ABC e Embrapa (estudos)

- **Fundação ABC:** sugestão de convidar formalmente para agregar dados e resultados consolidados para a região do Alagados/Pitangui, apoiando o plano de ação.

- **Embrapa:** discutida proposta de estudo detalhado de solos em microbacias-piloto para modelagem estadual; debateu-se a composição das microbacias prioritárias (criticidade por regiões/solos) e a possibilidade de incluir a microbacia do Rio Pitangui conforme necessidade, além de Prudentópolis, Miringuava e mais uma bacia no sudoeste do PR.

3.7. Análises de carbono (Miringuava) – protocolo/ofício

Foi registrada necessidade de envio de **ofício/documentação** para tramitação de protocolo e priorização de análises de carbono em laboratório, com encaminhamento de que o IDR/Sanepar formalizarão o documento para abertura do processo e encaminhamento interno.

4. Próxima reunião

Ficou agendada a **próxima reunião para 20/02/2026 (sexta-feira)**.

5. Encaminhamentos consolidados

- 5.1.** Publicar o Comunicado Conjunto (Versão II) com ajustes de redação, revisão da comunicação e validação institucional.
- 5.2.** Criar e divulgar link único com materiais (plano de trabalho, dados de monitoramento, recortes/diagnóstico e documentos), replicado nas páginas das cinco instituições.
- 5.3.** Reunião paralela pós-carnaval com IAT (outorga/monitoramento), Simepar e Sanepar para detalhar procedimentos, termos (“bacia crítica/escassez”) e prazos imediatos.
- 5.4.** Consolidar documentos (atas e materiais) para transparência e disponibilização pública conforme definido.
- 5.5.** Avançar no fechamento do plano de trabalho do convênio para assinatura e encaminhamento formal às instituições.
- 5.6.** Avaliar tecnicamente a solução por ultrassom (especialistas, PCH, monitoramento e princípio da precaução), antes de deliberação final.
- 5.7.** Preparar material e proposta do lançamento oficial do programa para apresentação na próxima reunião.
- 5.8.** Articular participação da Fundação ABC e avançar discussão com Embrapa sobre estudos de solos (escopo e microbacias).
- 5.9.** Providenciar ofício/protocolo para análises de carbono (Miringuava).

Pauta para a reunião 35/2026 – Tático-Operacional

DIA: 20/02/2026 – HORÁRIO: 08:30 horas – LOCAL: IDR e virtual pelo link
<https://meet.google.com/odi-omjc-sxy>

Pauta:

- 01- Leitura e aprovação Ata 34/2026;
- 02- Apresentação pela Fundação ABC dos estudos e pesquisas realizadas na bacia do Alagados;
- 03- Situação encaminhamentos consolidados (item 5) Ata 34/26;
- 04- Outros assuntos;
- 05- Próxima reunião.